



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 048, DE 17 DE JULHO DE 2025**

À Excelentíssima Senhora  
Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA  
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores  
NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,  
Senhora Presidente,

Encaminhamos para apreciação dessa Colenda Câmara Municipal o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade autorizar a extinção, por meio de rescisão amigável ou judicial, dos Contratos Administrativos nº 327/2023 e nº 016/2024, oriundos das Concorrências Públicas nº 004/2022 e nº 001/2023, celebrados para fins de execução de projetos em imóveis públicos doados.

A medida justifica-se diante do contexto excepcional decorrente do estado de calamidade pública reconhecido no Município de Campo Bom, por meio do Decreto Municipal nº 7.589/2024, situação que, somada às alterações significativas no cenário econômico e de mercado, impactou diretamente a capacidade das empresas contratadas em dar continuidade aos empreendimentos originalmente propostos.

A iniciativa visa preservar o interesse público, permitindo a imediata retomada dos imóveis pela Administração Municipal, para que possam ser destinados a novas políticas públicas ou a projetos de maior prioridade social e econômica, sem a imposição das penalidades previstas nos contratos, uma vez que a motivação da rescisão decorre de circunstâncias supervenientes e alheias à vontade dos contratados.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Projeto de Lei para apreciação desta Colenda Câmara Municipal.

Atenciosamente,

GIOVANI BATISTA FELTES  
Prefeito Municipal



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**PROJETO LEI Nº 048, de 17 de julho de 2025.**

**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EXTINÇÃO, POR MEIO DE RESCISÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº'S 327/2023 E 016/2024, ORIUNDOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DAS CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS NÚMEROS 001/2023 e 004/2022, RESPECTIVAMENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à extinção, mediante rescisão amigável ou judicial, dos Contratos Administrativos nº 327/2023 e nº 016/2024, celebrados com fundamento nas Concorrências Públicas nº 001/2023 e 004/2022, respectivamente.

**Art. 2º.** A rescisão amigável dar-se-á por mútuo acordo entre as partes contratantes, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante manifestação expressa de vontade dos contratados.

**§ 1º.** A rescisão por acordo entre as partes deverá ser formalizada mediante termo específico, precedido de manifestação favorável das áreas técnica e jurídica competentes.

**§ 2º.** O acordo deverá prever, sempre que possível, medidas para mitigar prejuízos à Administração Pública e assegurar a boa-fé contratual.

**Art. 3º.** A extinção dos contratos de que trata o art. 1º decorre da conveniência e do interesse público na imediata retomada dos imóveis doados, especialmente em razão do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto Municipal nº 7.589/2024, somado às significativas mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado, que impactaram a viabilidade de execução dos projetos inicialmente previstos.

**Parágrafo único.** A extinção contratual nos termos desta Lei não implicará aplicação de multas ou outras sanções previstas nos respectivos instrumentos contratuais.

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder remissão parcial ou total de créditos tributários de IPTU incidentes sobre imóveis públicos ocupados por pessoas jurídicas contratadas pelo Município, relativos ao período em que durou a posse decorrente da execução contratual.

**Art. 5º.** A autorização de que trata esta Lei aplica-se exclusivamente aos contratos administrativos em vigor à data da publicação do Decreto Municipal nº 7.589/2024, bem como àqueles cujas obrigações estejam em curso e tenham sido diretamente afetadas pelo estado de calamidade pública, não gerando direito adquirido para situações futuras.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 17 de julho de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,  
Prefeito Municipal.